



Crise econômica internacional preocupa CAE e senadores

Senado quer ter participação mais ativa na adoção de medidas que protejam o país contra instabilidade mundial

Comissão faz balanço positivo do 1º semestre

Dos 142 projetos votados no primeiro semestre, destaque para o Sistema Único de Assistência Social e para a isenção de impostos na importação de equipamentos hospitalares. 4

Gerardo Magela/Senado Federal



Delcídio do Amaral (E), presidente da CAE, acredita que a comissão pode ser um fórum para acompanhamento da crise econômica internacional

O Senado pretende contribuir de forma mais ativa e decisiva na preparação do país para enfrentar a anunciada crise econômica internacional. Ontem, o presidente da CAE, Delcídio do Amaral, sugeriu que os debates se concentrem na comissão. Em Plenário, senadores do governo e da oposição também destacaram a importância de ajudar o governo federal a tomar medidas que preservem o Brasil dos efeitos mais fortes da crise. 4

Senado começa a ouvir hoje ministros alvos de acusações

Os primeiros são Wagner Rossi, da Agricultura, que fala hoje ao meio-dia na CRA, e Carlos Lupi, do Trabalho, na CAS. Ainda não foi definida data para o comparecimento dos ministros dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e das Cidades, Mário Negromonte, cujos convites foram aprovados ontem pela CMA. 2

Lia de Paula/Senado Federal



Senadora Ana Amélia, entre Ana Maria Oliveira de Souza, Oduval Lobato Neto e Cláudia Cybelle Freire, preside audiência pública sobre desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira

Menos álcool na gasolina da região Norte 8

Receita deverá informar erro em declaração 7

Senadores apontam abandono de cidades em área de fronteira

Estagnação de cidades brasileiras em contraste com dinamismo de cidades do outro lado da fronteira é citada como exemplo de abandono. 6

Gerardo Magela/Senado Federal



Everardo Maciel (E), ao lado do senador Aloysio Nunes Ferreira, discute problemas fiscais do sistema tributário

Reforma tributária deve resolver quatro problemas inadiáveis 5

Waldemir Barreto/Senado Federal

Plenário aprova nomes de ministros para o STJ 7



Depois da sabatina dos candidatos pela manhã na CCJ, Plenário ratificou indicações de Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Presidente Sarney anuncia ampliação das possibilidades, pela página da internet, de acompanhamento de todas as atividades legislativas

TV Senado já tem 8 canais de transmissão na internet

DESDE SEGUNDA-FEIRA, É possível acompanhar todas as atividades no Senado pela internet. Foram disponibilizados mais quatro canais de vídeo na página da TV Senado (www.senado.gov.br/tv), além dos quatro já existentes para a transmissão simultânea das reuniões do Plenário e das comissões.

O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, para quem a ampliação dos canais é uma medida de transparência.

– Mais uma vez, os cidadãos exercerão seu direito de saber como são discutidas e se fazem as leis do país, além de tomar conhecimento dos importantes

debates, discussões e decisões que aqui acontecem todos os dias – afirmou.

Sarney elogiou o trabalho da Secretaria Especial de Comunicação Social e do Prodasen e disse que a Casa tem sido pioneira na criação de mecanismos para levar informação sobre os trabalhos legislativos à sociedade.

Transparência na internet

A ampliação dos canais de quatro para oito garante acesso ainda maior do cidadão ao trabalho do Senado



O Senado tem 11 comissões permanentes, 35 subcomissões, três comissões temporárias e duas CPLs funcionando, gerando 50 horas de trabalho fora de

Plenário para os senadores, a cada semana. Segundo Sarney, nos dias de maior atividade são até sete comissões reunidas ao mesmo tempo.

Senado ouve ministros alvos de denúncias

O Senado realiza hoje a primeira audiência pública para ouvir titulares de ministérios que estão sendo alvo de denúncias. Às 12h, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, será ouvido na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A reunião foi motivada por reportagem da revista *Veja* sobre a ação de lobista que praticava fraudes dentro do ministério. Milton Ortolan, então secretário executivo da pasta, pediu demissão no fim de semana. A audiência atende a requerimento específico do

líder do PSDB, Alvaro Dias (PR). Às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve ouvir o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Há um requerimento, aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para que a audiência com Lupi seja conjunta com a CMA e que ele seja questionado sobre acusações de desvio de verbas da pasta. Se a CAS aprovar solicitação semelhante, poderá ocorrer a audiência conjunta.

Ainda em data a ser marca-

da, a CMA ouvirá os ministros dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e das Cidades, Mário Negromonte. O secretário nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski, também será ouvido.

O ministro dos Transportes será igualmente convidado a prestar depoimento na Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre as denúncias que levaram à queda, em julho, do então titular da pasta, o senador Alfredo Nascimento (PR-AM), de quem foi secretário executivo.

CMA aprova convites a Passos e Negromonte

Os senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovaram requerimentos convidando os ministros dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e das Cidades, Mário Negromonte, para prestarem esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades em suas pastas divulgadas pela imprensa.

Para garantir o exame dos requerimentos, já que os autores não se encontravam presentes, o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSD-DF), subscreveu as propostas. Ao mesmo tempo, ele sugeriu que os ministros, em vez de serem convocados, venham à comissão na condição de convidados.

O requerimento pedindo a presença do ministro dos Transportes foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Ele quer infor-



Rodrigo Rollemberg (foto menor) subscreveu requerimentos e defendeu convite, em vez de convocação, durante a reunião da CMA de ontem (acima)

mações sobre as exonerações ocorridas no ministério e sobre irregularidades na pasta investigadas pela Controladoria-Geral da União.

Para esclarecer denúncias sobre recursos liberados pelo Ministério das Cidades para obras

consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU), foram apresentados dois requerimentos de convocação de Negromonte.

Lupi será questionado sobre denúncia de jornal

Audiência conjunta da CAS e da CMA está prevista para hoje, para ouvir o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Entre os assuntos a ser debatidos, estão as acusações de que verbas repassadas por sua pasta estariam sendo desviadas por entidades-fantasma.

A CAS já havia aprovado, na semana passada, solicitação de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para que Lupi viesse apresentar e debater as políticas do governo para o Polo Industrial de Manaus, além das diretrizes e dos programas do ministério a serem executados nos próximos dois anos.

Ontem, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também solicitou uma audiência com Lupi, mas para explicar as denúncias, veiculadas no *Correio Braziliense*, de que entidades de fachada investigadas pela Polícia Federal teriam recebido R\$ 11,5 milhões do ministério.

Sarney diz que não indicou Pedro Novais

Ao comentar a Operação Voucher da Polícia Federal, que prendeu ontem 35 pessoas no Ministério do Turismo, o presidente do Senado, José Sarney, negou ter indicado o ministro do Turismo, o peemedebista Pedro Novais.

– O ministro não foi indicação minha. No acordo com o PMDB, a Câmara dos Deputados, através de sua bancada, ficou de indicar para o Ministério do Turismo, e a bancada do Senado, para Minas e Energia. Mas pelo que conheço dele, trata-se de um homem de reputação ilibada – afirmou.

Apesar de reconhecer que a notícia da operação realizada pela PF em pasta chefiada pelo PMDB desgaste a imagem do partido, Sarney defendeu a realização de investigações e voltou a afirmar que "nenhum ministério está isento de qualquer investigação".

4º Concurso de Redação terá blog para contato com estudantes

Os interessados em participar do 4º Concurso de Redação do Senado terão à disposição um blog com informações. Junto com o perfil no Twitter e um site especial, o blog deve aumentar o alcance do concurso, conforme afirmou a diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado, Andréa Valente.

– É uma forma de manter o contato com os alunos e instituições da área de educação e

divulgar informações de forma rápida e eficaz – disse.

O tema da redação deste ano é "O Brasil que a gente quer é a gente quem faz", um convite à reflexão sobre o processo democrático e o exercício da cidadania.

Para mais informações, acesse www.senado.gov.br/concurso-redacao. Blog: concurso-redacao.wordpress.com. Twitter: @redacaosenado.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do *Jornal do Senado*.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Plenário Em memória de Itamar Franco

10h Sessão solene do Congresso para reverenciar a memória do senador e ex-presidente da República Itamar Franco. A pauta da sessão deliberativa, às 14h, continua trancada pela MP 529/11.

Presidência Sessão de homenagem

10h José Sarney preside sessão de homenagem à memória do senador Itamar Franco; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 18h, recebe a ministra da Cultura, Ana de Hollanda.

CCT Inovação em tecnologia

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realiza audiência pública para debater o tema "Inovação e tecnologias da informação e comunicação".

CAS Contribuição sindical

9h Em turno suplementar, votação de projeto que atualiza o valor da contribuição sindical anual dos trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais. A Comissão de Assuntos Sociais também analisa projeto que estabelece o pagamento do salário mínimo ao trabalhador que cumpre jornada inferior a oito horas diárias. Às 10h, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, apresenta as diretrizes e os programas da pasta para 2012/2013.

CCJ Tramitação de MPs no Congresso

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota emendas de Plenário à proposta que altera a tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional.

CE Educação e mudança na tecnologia

10h "A interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas" é tema de audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Entre os convidados, Victor Hugo Odorcyk, superintendente da Área de Universidades da Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep.

CRA Depoimento do ministro Wagner Rossi

12h O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, presta esclarecimentos sobre denúncias publicadas pela imprensa envolvendo integrantes de sua pasta, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Plenário aprova embaixador e novos membros de conselhos

O Senado aprovou ontem a indicação de cinco membros para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ): Jefferson Luis Kravchychyn, Carlos Alberto Reis de Paula, Wellington Cabral Saraiva, José Roberto Neves Amorim e José Lucio Munhoz. A decisão será agora comunicada à Presidência da República.

Todos os indicados foram sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O advogado Jefferson Luis Kravchychyn, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), teve sua recondução aprovada pela CCJ em 29 de junho. Na mesma data, a CCJ aprovou o nome de Carlos Alberto Reis de Paula, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e de Wellington Cabral Saraiva, procurador regional, indicado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

José Roberto Neves Amorim

é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e foi indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). José Lucio Munhoz é juiz da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau (SC) e foi indicado pelo TST. Eles tiveram seus nomes aprovados no dia 6 de julho.

Serra Leoa e CNMP

O Plenário também aprovou o nome do advogado Adilson Gurgel de Castro para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Indicado pela OAB, Adilson de Castro teve seu nome aprovado pela CCJ em 6 de julho.

O Senado também aprovou a indicação, pela presidente Dilma Rousseff, de José Jorge Alcazar Almeida para o cargo de embaixador em Serra Leoa. A indicação já havia sido aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no último dia 30 de julho.



Presidente da CCJ, Eunício Oliveira, entre Gastaldi Buzzi (E) e Bellizze Oliveira

Homenagem aos 200 anos da Biblioteca Nacional

A 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), anunciou em Plenário que os 200 anos de existência da Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro, serão comemorados no dia 18 de outubro.

O requerimento para a sessão especial no horário do expediente da sessão legislativa foi feito pelo senador José Sarney (PMDB-AP) e apoiado por outros parlamentares.

A Biblioteca Nacional foi fundada – por decreto de dom João VI, então príncipe regente de Portugal – em 29 de outubro de 1810. A construção do prédio serviu para abrigar o acervo, proveniente da vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808.

As cerca de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, eram, em grande parte, remanescentes da Real Biblioteca, destruída pelo terremoto de Lisboa, em 1755.

TCU comunica aposentadoria do presidente Ubiratan Aguiar

O Tribunal de Contas da União (TCU) comunicou formalmente ontem ao Senado a aposentadoria do presidente daquele órgão, Ubiratan Aguiar. Em seguida, foi feita

comunicação à Câmara dos Deputados. Um dos candidatos à vaga de Ubiratan Aguiar é o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Também são candidatos outros dez deputados federais.

Senador repudia acusações de que o PT estaria impedindo a aprovação da proposta e diz que, com entendimento, posição de consenso pode ser alcançada hoje na CCJ

Anibal Diniz pede diálogo para aprovar PEC das MPs

O SENADOR ANIBAL Diniz (PT-AC) recomendou ontem diálogo e entendimento para que o Senado aprove a proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera o rito das medidas provisórias (MPs).

O parlamentar relatou que, na quarta-feira da semana passada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pediu vistas do relatório de Aécio Neves (PSDB-MG) com o objetivo de construir entendimento sobre a proposta.

A matéria é importante para que o Senado possa ter mais tempo para a análise das medidas provisórias, argumentou Anibal, acrescentando que ela também é coerente, por equilibrar o tempo de análise entre a Câmara dos Deputados e o Senado.

– É uma forma para que o Senado não fique exposto, com um clima desfavorável para a análise – disse.

Anibal Diniz assinalou que alguns senadores disseram que a bancada do PT estava tentando impedir a aprovação da PEC. No entanto, de acordo com o parlamentar, tudo o que os petistas



Senador pelo Acre afirma que pediu vistas do relatório para buscar acordo

querem é aprofundar a análise da proposta e que, “tanto quanto a oposição”, a bancada do PT quer que o Senado tenha mais tempo para analisar as medidas provisórias.

Segundo Anibal, a bancada vai procurar o senador Aécio Neves e a liderança do governo para apresentar uma saída de entendimento para as questões sobre as quais ainda não há

acordo. Para o senador petista, os parlamentares podem chegar a uma posição de consenso sobre o tema.

– Pelo que representa, essa proposta tem de ser construída com o apoio de todas as bancadas. Assim estaremos colocando o Senado em sua posição verdadeira, que é uma posição de protagonismo – afirmou Anibal Diniz.

Pinheiro: PT está empenhado em aperfeiçoar rito das MPs

O PT continua comprometido com o aperfeiçoamento do rito de tramitação das medidas provisórias, garantiu Walter Pinheiro (PT-BA).

Ele disse estar otimista com a possibilidade de governo e oposição chegarem a um acordo para que a chamada PEC das MPs (PEC 11/11) seja aprovada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, no Plenário.

O parlamentar disse que discorda de alguns pontos do texto

apresentado pelo relator, Aécio Neves (PSDB-MG). Um deles é a proposta de criação de comissão específica composta por 12 senadores e 12 deputados para decidir sobre a admissibilidade de cada medida.

De acordo com Pinheiro, uma das boas ideias surgidas durante o debate sobre o assunto foi a de proibir a apresentação de emendas que tratem de assuntos sem relação direta com o texto inicial da medida provisória.



Walter Pinheiro defende proibição de emendas alheias ao tema de uma MP

Senador quer votação do projeto que regula acesso a informações

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu em Plenário a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 41/10, que regula o acesso a informações. O senador entende que a lei é “uma excelente ferramenta de combate à prática de corrupção”, justificando-se o pedido de urgência apresentado à Mesa para apreciação da matéria.

Pinheiro chamou a atenção, especialmente, para o aspecto do acesso à informação como instrumento de transparência e de fiscalização. Ele lembrou que, pelo projeto, os homens públicos e gestores têm a obrigação de dar publicidade aos seus atos, seja uma licitação, um aditivo de contrato, uma aquisição ou qualquer medida que impacte as contas públicas.

O senador ressaltou que, com

a tecnologia atual, a sociedade conquista a possibilidade de fiscalização *on-line*, o que permite que as distorções sejam corrigidas. Ele assinalou que, no processo atual, a possibilidade de inibir erros “é zero” e o processo de ressarcimento “é inviável”.

– Ainda que o ato tenha sido cometido por erro, a publicação permitirá a correção de rumos. Se a medida adotada foi uma medida com a intenção de provocar prejuízo aos cofres públicos, ainda assim nós teríamos a condição de coibir, de proibir, de evitar esse tipo de sangria – frisou o senador.

Pinheiro pediu que a Mesa procure a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde se encontra o projeto, para que a matéria possa ir ao Plenário.

Alíquota menor para micros na pauta de hoje

Aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada com modificações, a medida provisória (MP 520/11) que reduz de 11% para 5% a alíquota de contribuição do microempreendedor individual para a Previdência Social sobre o valor do salário mínimo pode ser votada hoje pelos senadores.

Ontem, a 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), informou ao Plenário que a Mesa recebeu o relatório de Armando Monteiro (PTB-PE) relativo ao projeto de lei de conversão (PLV 19/11) elaborado a partir da medida provisória.

Senador se diz muito preocupado com a situação na Europa e nos Estados Unidos e prepara série de encontros com especialistas na comissão

Delcídio quer discutir crise econômica mundial na CAE

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve se tornar um grande espaço de debate sobre a crise econômica mundial e suas consequências no Brasil, anunciou ontem o presidente, senador Delcídio do Amaral (PT-MS). De imediato, a comissão deve realizar audiência pública com autoridades envolvidas no monitoramento dos efeitos do rebaixamento da nota de crédito dos Estados Unidos de "AAA" para "AA+", pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P).

Para Delcídio, que esteve recentemente na Europa, o que acontece naquele continente é

"inacreditável e preocupante" e agora está sendo agravado pelo rebaixamento da nota dos EUA. Segundo ele, operações de socorro já não são suficientes para reduzir os efeitos do "derretimento das economias" e os países precisam urgentemente adotar medidas duras, com consequências difíceis.

O presidente da CAE apontou uma tendência do Poder Executivo, nos países mais afetados pela crise, de transferir a culpa para o Legislativo. Depois de citar como exemplo disso o que acontece nos Estados Unidos, na Itália e na Espanha, Delcídio observou que o Parlamento pode

ter responsabilidade, mas não é gestor da economia.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que o Legislativo dos Estados Unidos tem um papel ativo na condução da economia e que o Congresso brasileiro precisa também assumir papel relevante nessa questão.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) também defendeu maior participação do Senado na discussão da crise. Ele considerou importante que, nesse momento de "derretimento da economia mundial", a CAE receba das autoridades econômicas informes sobre a crise.



Delcídio (E), ao lado de Lobão Filho: discussão sobre rebaixamento dos EUA

Cristovam diz que país deve ser cauteloso

"É necessário que o Brasil repense e reoriente os rumos de seu desenvolvimento, afirmou ontem o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ao analisar a nova crise econômica mundial. Ele disse que, embora o país esteja preparado para enfrentar essa crise, precisa ser cauteloso.

– Nosso problema não é mais apenas ter uma taxa de crescimento maior. É ter um crescimento diferente. Isso é possível. O Brasil está preparado e depende desta Casa, se nos dedicarmos mais a enfrentar o problema que está diante de nós, com posições para mudar o rumo – afirmou.



Líder do PT sugere comissão temporária

Humberto: Congresso precisa atuar

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), sugeriu ontem que seja criada uma comissão temporária para acompanhar a crise financeira mundial.

– A presidente Dilma vem atuando firmemente no combate à inflação, promovendo o ajuste fiscal para manter a dívida pública sob controle. O Congresso Nacional também tem papel importante nesse controle. Não podemos deixar que disputas mesquinhas nos furtem aos grandes debates das questões nacionais, que mantêm o Brasil no rumo do desenvolvimento – defendeu, elogiando as medidas fiscais do governo.

Cyro Miranda: Brasil tem que se preparar

Cyro Miranda (PSDB-GO) alertou para os problemas que o Brasil poderá enfrentar nos próximos anos na hipótese de agravamento da crise econômica mundial, se não se preparar antecipadamente.

Na avaliação do senador, o governo federal precisa proteger a indústria nacional e o mercado de trabalho, por meio de medidas de desoneração fiscal e, sobretudo, da melhoria da infraestrutura de transportes.

Para ele, uma rede multimodal de transporte, capaz de integrar rodovias, ferrovias e hidrovias, teria maior efeito sobre a competitividade dos produtos brasileiros.



Cyro defende proteção à indústria nacional



Agripino: "DEM aprovará medidas consistentes"

Agripino oferece apoio para medidas

A preocupação com a crise econômica mundial e seus reflexos na economia brasileira levou o líder do DEM, senador José Agripino (RN), a cobrar ontem do governo federal medidas preventivas para evitar que a recessão contamine o país.

O senador, que é de oposição, disse que o DEM está disposto a ajudar o governo a aprovar no Congresso Nacional as medidas necessárias, se elas forem "consistentes para que possamos atravessar a crise de forma decente".

Para Agripino, o Brasil tende a perder compradores de suas commodities – vendidas principalmente para China, Europa e EUA.

Para Randolfe, sociedade paga a conta

As medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo para enfrentar a crise farão com que a sociedade tenha de pagar uma vez mais a conta, disse o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Randolfe recordou apelo feito pela presidente Dilma Rousseff para que deputados e senadores não aprovem propostas que impliquem aumento de despesas.

Para o senador, as medidas se assemelham à postura da ala mais conservadora do Partido Republicano norte-americano, que exige do governo Obama redução de gastos, mas não aceita aumento de impostos da camada mais rica da população.



Randolfe compara Dilma ao Partido Republicano



Para senador, país está mais forte que em 2008

Economia está sólida, aponta Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse estar confiante na capacidade do Brasil de enfrentar a nova crise, pois o país possui sólidos fundamentos econômicos. O poder de irradiação da turbulência dos EUA e da Europa é forte, mas o Brasil está mais preparado ainda que na crise de 2008.

– Os fundamentos da nossa economia são sérios, porque há um controle da inflação, há preocupação com a demanda e o consumo. As classes mais pobres nunca consumiram tanto, em razão de um programa governamental que não se preocupou apenas com o crescimento, mas com a distribuição de renda.

Santiago parabeniza Dilma

Wilson Santiago (PMDB-PB) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pelo acordo com a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa sobre projeto que amplia os limites de enquadramento de micro e pequenas empresas no Simples Nacional.

Para o senador, a medida contribuirá para o fortalecimento do mercado interno brasileiro, sendo, portanto, importante medida para o enfrentamento da crise econômica mundial.

– São atitudes que de fato preparam o país para enfrentar a crise, fortalecendo as empresas, através da redução de impostos – disse.



Santiago cita ampliação do Simples Nacional



Cristovam: "Brasil precisa repensar desenvolvimento"

CAE votou 142 matérias no primeiro semestre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votou 142 projetos no primeiro semestre, de acordo com balanço apresentado ontem por seu presidente, Delcídio do Amaral (PT-MS). Ele destacou a proposta que trata do Sistema Único de Assistência Social (PLC 189/10) e a que isenta de impostos a importação de equipamentos hospitalares sem similares nacionais (PLS 81/09).

A comissão aprovou também nove operações de crédito externo, em benefício de estados, municípios e União. Entre os programas contemplados com essas operações, está a consolidação do Bolsa Família.

Delcídio salientou ainda que a CAE realizou 13 audiências públicas, discutindo temas como a alteração das alíquotas interestaduais do ICMS, com

vistas ao fim da guerra fiscal entre os estados. Outro debate relevante, avaliou Delcídio, foi sobre a desindustrialização da economia, cada vez mais dependente da exportação de commodities. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) observou que, depois dessa discussão, o governo anunciou o plano Brasil Maior, de apoio à indústria nacional.

Ministro Fernando Pimentel debaterá defesa comercial

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, deverá comparecer à CAE no próximo dia 30 para debater as diretrizes da política industrial e o sistema de defesa comercial.

A CAE aprovou ontem requerimento da senadora Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM) com esse objetivo.

O ministro é um dos coordenadores do plano Brasil Maior, lançado recentemente pela presidente Dilma Rousseff visando fortalecer a indústria, cuja participação na economia nacional vem se reduzindo nos últimos anos.

Projeto amplia em 50% limites para adesão ao Simples Nacional

O governo enviou ontem ao Congresso Nacional projeto de lei complementar com mudanças no Supersimples, regime especial de tributação, como resultado de acordo com a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, anunciado durante solenidade no Planalto.

Entre as mudanças, o projeto propõe a ampliação em 50% do teto da receita anual para as micro e pequenas empresas poderem se enquadrar no Supersimples ou Simples Nacional.

Antes da celebração do acordo, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o país deve priorizar a criação de incentivos para as pequenas e microempresas.

– Fui eu o autor do primeiro projeto de criação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa. E acho que todo o esforço que nós



Sarney defende incentivos para as pequenas e microempresas

temos que fazer hoje no Brasil deve ser baseado na pequena e na média empresa, como está ocorrendo nos outros países, sobretudo porque cria empregos e faz parte de um tipo de governo de justiça social – disse.



Pimentel: pequenas e micros são as que mais geram empregos no país

Pimentel destaca incentivo à geração de emprego

O projeto de lei complementar que amplia os limites do Simples Nacional, encaminhado ontem ao Congresso pela presidente Dilma Rousseff, foi elogiado pelo senador José Pimentel (PT-CE). Ele afirmou que a medida fortalece o setor de micro e pequenas empresas, incentivando a geração de emprego e o crescimento econômico do país.

Os novos patamares de faturamento do programa são os seguintes: mínimo de R\$ 180 mil e máximo de R\$ 3,6 milhões para empresas (antes eram R\$ 120 mil e R\$ 2,4 milhões); e teto de R\$ 60 mil, em vez dos R\$ 36 mil anteriores, para empreendedores individuais.

Pimentel lembrou que, em 2010, o país gerou 2,5 milhões empregos, 80% em empresas com até 99 empregados.



Segundo Marta, pelo menos 500 mil empresas serão incluídas no programa

Marta comemora formalização de pequenas empresas

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) comemorou ontem o acordo entre o governo e a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa sobre a ampliação dos limites do projeto de lei complementar que amplia o enquadramento no Simples. Os 5 milhões de micro e pequenas empresas inscritas no Simples, ressaltou Marta, respondem por 20% do produto interno bruto (PIB) e 57% da geração de empregos com carteira assinada.

Pelo projeto, o enquadramento de microempresas passa do faturamento anual de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil. Para pequenas empresas, o limite será de R\$ 3,6 milhões.

– Serão cerca de R\$ 6 bilhões em redução de tributos, mas haverá a inclusão de 500 mil novas empresas e a formalização de muitas mais – disse a senadora.

Ex-secretário da Receita avalia, em debate na Subcomissão de Avaliação do Sistema Tributário, que mudanças na cobrança de impostos sempre geraram tensões e impasses

Reforma tributária é desafio político, alerta Everardo

A SIMPLIFICAÇÃO DO sistema tributário deve levar em conta as peculiaridades do país, disse ontem o consultor e ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, em audiência pública. Ele ressaltou que todos os sistemas tributários do mundo são complexos.

– A tributação sobre a renda no exterior é extremamente complicada. As regras são complicadas porque a vida ficou complicada no mundo globalizado, não que eu defenda a complexidade. Tem que reduzir a complexidade do sistema tributário, mas não somos diferentes do resto do mundo – afirmou.

Everardo Maciel lembrou que a carga tributária brasileira é explicada pela despesa do país, uma vez que a Constituição de 1988 fez a opção por um Estado de bem-estar social, ainda que incompleto e ineficiente.

– Se tem despesa, tem carga tributária. Não existe almoço de graça. Se há programas sociais, vão ser alimentados com recursos públicos que existem na carga tributária – disse.

O ex-secretário da Receita Federal reconheceu que o sistema tributário tem iniquidades, mas lembrou que a tributação brasileira sobre a renda é tida como um paradigma internacional. Ele

ressaltou ainda que desperdício e corrupção são problemas que não têm a ver com carga tributária, que ainda assim pode ser reduzida.

– Olhar para reduzir a carga é olhar para a despesa. E toda despesa tem pai e mãe, não é órfã. Se alguém cortar uma despesa, diz: “Essa aí não, corta aquela que é melhor”. Essa complexidade natural faz com que

Para Everardo, carga tributária é elevada porque país optou pelo Estado do bem-estar social

seja difícil reduzir a carga tributária, não é coisa trivial – afirmou.

O consultor observou ainda que a carga tributária nos Estados Unidos é inferior à brasileira porque lá as despesas são efetuadas pelo contribuinte com extraordinárias oportunidades de deduções.

– O que você gastar pode ser deduzido no Imposto de Renda. Claro que a carga tributária vai diminuir, mas não a renda pessoal disponível.

– O que você gastar pode ser deduzido no Imposto de Renda. Claro que a carga tributária vai diminuir, mas não a renda pessoal disponível.

Lógica

Everardo Maciel disse que toda reforma “é fascinante” porque vai trazer algo melhor do que aquilo que se tem hoje. Assinalou que a reforma tributária, de conceito atemporal, é explicada pela “lógica das expectativas”, a qual não se explica de imediato.

Ele observou que não existe

unanimidade sobre o tema e que as reformas e sistemas resultam de tensões políticas, sendo aprovados pelo Parlamento, que é a “Casa da política e dos conflitos”.

– Todo sistema é, por definição, imperfeito. E isso explica a lógica da expectativa da reforma, que com o tempo se torna obsoleta – disse.

Entre as questões básicas que envolvem a reforma tributária, Everardo Maciel disse que a primeira diz respeito ao embate entre os realistas e os fundamentalistas, que existe o tempo inteiro. A segunda é a abrangência da reforma, se ela vai ser feita a partir de um remendo ou de uma reforma, realmente.

– Todas as vezes que ampliamos o espectro de uma reforma maximizamos as tensões políticas, o que inevitavelmente resulta em impasse – afirmou.

Um erro grosseiro quando se trata da reforma, segundo Everardo Maciel, é confundir o tratamento da carga tributária com matéria de federalismo fiscal e qualidade do sistema.

– Se entrou federalismo fiscal, acabou o resto. No Congresso, toda vez que se discutiu algo como mudança no FPM [Fundo de Participação dos Municípios] teve impasse. E isso é natural, tem apelo político, que é mais poderoso que qualquer outro – afirmou o ex-secretário da Receita Federal.



Everardo, ao lado de Aloysio Nunes (D), na Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional: se há gasto, é preciso ter receita

Para consultor, quatro problemas são inadiáveis

O Brasil enfrenta quatro problemas “conflituosos e inadiáveis” no campo tributário: os critérios de rateio dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM); os critérios de repartição dos royalties do petróleo; a guerra fiscal do ICMS; e o revisor das dívidas estaduais com a União.

Em 2010, afirmou Everardo Maciel, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que os critérios de repartição dos fundos previstos na Lei Complementar 62/89 são inconstitucionais. Pela decisão, as transferências serão suspensas caso novos critérios não sejam estabelecidos até 31 de dezembro de 2012. Everardo defende que nenhuma entida-

de possa ter perda nominal de recursos em virtude de qualquer critério, considerando que os atuais já geraram despesas e estas são inflexíveis.

– Pensar “se não tiver recurso, a União banca” é comprar briga. As soluções devem se operar dentro do próprio fundo, não fora dele. Os critérios para ratear o fundo têm que ser simples, não podem mudar todos os dias – afirmou.

Em relação aos royalties do petróleo, ele disse que “os critérios atuais são políticos, legítimos, reais. Não se busca teoria tributária para explicá-los”.

A adoção de novos critérios seria ideal, disse Everardo Maciel, desde que qualquer mudança não implique perda

nominal para os atuais estados.

Em relação à guerra fiscal do ICMS, Everardo disse que ela ocorre em razão do descumprimento da Lei Complementar 24/75, que vedava expressamente a guerra fiscal. Para ele, a concessão de incentivos fiscais tem que ser aprovada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

– O STF recentemente decidiu por unanimidade que a guerra fiscal é inconstitucional. A discussão é se vai ter súmula vinculante e quando vai ter, mas a decisão não deixa a menor dúvida. O incentivo fiscal não é ilegal, mas a guerra fiscal – observou, sugerindo uma uniformização das alíquotas em 7% ou 9%.

Suplicy defende correspondentes bancários

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu em Plenário uma maior atenção da Câmara na discussão do Projeto de Decreto Legislativo 214/11, do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que reduz as funções dos correspondentes bancários.

O projeto, em análise na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, tem como justificativa o fato de que os bancos usam os correspondentes (verdadeiras filiais de agências, na avaliação do autor do projeto) para economizar em mão de obra, uma



Suplicy pede cuidado na análise de projeto em tramitação na Câmara

vez que esses trabalhadores não são considerados bancários.

Suplicy destacou a importância dos correspondentes bancários em regiões com população de baixa renda, que não contam com agências e dependem, muitas vezes, de bancos comunitários.

Além de problemas como o narcotráfico, algumas regiões sofrem com a concorrência comercial do outro lado da fronteira, alerta Valdir Raupp durante audiência pública

Senadores apontam abandono de cidades em área fronteiriça

A APARENTE ESTAGNAÇÃO de cidades brasileiras de fronteira, em contraste com o dinamismo de cidades gêmeas localizadas em países vizinhos, foi apontada como exemplo de abandono pelo governo das amplas regiões fronteiriças. A observação é de senadores que participaram ontem de audiência da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Além de problemas como o narcotráfico, disse o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), algumas regiões sofrem com a concorrência comercial do outro lado da fronteira. A cidade de Guajará-Mirim (RO) está "empobrecida", relatou, enquanto na boliviana Guayaramerín os brasileiros movimentam o comércio, em regime de *free shop*. Da mesma forma, prosseguiu, a cidade uruguaia de Rivera está mais "bonita e organizada" que a brasileira Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a audiência pública a respeito do tema "Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira", insistiu na necessidade de se compatibilizarem as regras para



Na audiência, Ana Maria, senadora Ana Amélia, Oduval Lobato e Cláudia Cybelle

o funcionamento de *free shops* em toda a América do Sul.

Coordenadora dos Programas Macrorregionais do Ministério da Integração Nacional, Cláudia Cybelle Freire disse aos senadores que tem recebido "muitas demandas" pela criação de zonas francas em cidades de fronteira, e alertou que a prioridade do governo é estimular a formação de arranjos produtivos locais.

Em resposta ao senador Blairo Maggi (PR-MT), que demonstrou preocupação com o uso de recursos da Suframa, a representante

da Zona Franca de Manaus, Ana Maria Oliveira de Souza, informou que a superintendência foi ameaçada de corte de energia há poucos dias, por falta de pagamento. O orçamento da superintendência para 2012, disse ela, será de R\$ 511 milhões, mas apenas R\$ 125 milhões deverão ser efetivamente liberados, por causa do contingenciamento de recursos.

Também participou da audiência o gerente executivo de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia, Oduval Lobato Neto.

Banco do Brasil vai ampliar número de postos

O Banco do Brasil vai instalar postos de atendimento em 14 pelotões do Exército instalados nas fronteiras com a Venezuela, Bolívia, Equador e Colômbia. Cinco deles já estão em funcionamento. A medida irá beneficiar 6 mil soldados e 60 mil pessoas que moram no entorno desses pelotões.

Um dos objetivos é favorecer a circulação da moeda nacional

nesses locais, cujo comércio hoje se dá à base da troca ou de moedas de outros países, devido à dificuldade de atendimento bancário, explicou Wagner de Siqueira Pinto, gerente executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do banco.

Na audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Siqueira Pinto informou que a

instituição mantém três correspondentes fluviiais no Amazonas e um no Pará, responsáveis pelo atendimento a 58 comunidades ribeirinhas de 38 municípios. Já a Caixa Econômica Federal tem uma agência inteira dentro de um barco, informou Maria Letícia de Paula Macedo, gerente nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da instituição.

Geovani Borges elogia bolsas no exterior

Geovani Borges (PMDB-AP) ressaltou ontem que o programa Ciência sem Fronteiras, lançado pelo governo federal no fim de julho, dá a estudantes e pesquisadores a oportunidade de aperfeiçoar conhecimentos fora do país.

Ele considerou "razoável e exequível" a meta de 75 mil bolsas da graduação ao pós-

doutorado até 2014. Uma campanha sensibiliza empresas para oferecerem outras 25 mil bolsas, e muitas já acenaram positivamente, segundo o senador. As prioridades são as áreas de engenharia, biologia, informática, medicina e tecnologia, apontadas por Geovani como fundamentais para a economia.

Paim lamenta violência contra mulher

A cada dois minutos cinco mulheres são agredidas no Brasil, destacou o senador Paulo Paim (PT-RS), citando estudos da Fundação Perseu Abramo. Os dados foram divulgados em seminário do Ministério de Justiça sobre os cinco anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

O senador também assina-

lou que 9 de agosto é o Dia Internacional dos Povos Indígenas, instituído pela ONU em 1995. A Funai estima 512 mil indígenas no país, distribuídos em aldeias de 225 etnias e 180 línguas diferentes.

– Como seria bom que eu estivesse dizendo que foi aprovado o Estatuto dos Povos Indígenas – afirmou.

CPI ouve denúncia de tráfico de crianças para Portugal

Uma mãe foi separada dos seus filhos por cinco anos porque eles foram apropriados por uma pessoa estranha à família e levados para um país estrangeiro. Este foi apenas um dos casos relatados à CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, que esteve em Salvador até ontem.

A baiana Rosenilda Barbosa Alves, 29 anos, contou seu drama (veja abaixo) no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador diante das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), presidente da CPI; Marinor Brito (PSOL-PA), relatora; e Lídice da Mata (PSB-BA).

Além do caso de Rosenilda, a audiência pública da CPI contou com os relatos de quatro brasileiras que vivem na Espanha e que passaram por diferentes tipos de violência de gênero e de violações de direitos humanos,



Vanessa Grazziotin, presidente da CPI: depoimentos contundentes

divulgados no DVD "Europa, o conto que não se conta", do Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame) e da Associação de Prevenção, Reinserção e Atenção à Mulher Prostituída (Apramp) da Espanha.

Participaram ainda da CPI representantes do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e da Defensoria Pública, entre outros órgãos públicos e entidades ligadas à causa.

Lídice pede que governo se mobilize em favor de brasileira

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) cobrou solução para a situação da baiana Rosenilda Barbosa, ouvida ontem pela CPI. Ela anunciou que irá pedir audiência conjunta do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, para que encontrem uma solução para o caso.

Como relatou a senadora, Rosenilda Alves caiu em um golpe: foi atraída para Portugal, onde receberia emprego de uma portuguesa que conhecia no Brasil. A patroa se prontificou a cuidar das filhas de Rosenilda enquanto estivesse no Brasil renovando o visto de imigração. Nesse meio tempo, a portuguesa entrou com pedido de adoção das crianças. Desde então, Rosenilda luta para rea-



Lídice alerta que brasileira já perdeu na primeira e na segunda instâncias

ver a guarda das próprias filhas.

Lídice relatou que, embora o ex-procurador-geral da Bahia, Livaldo Brito, tenha entrado com recurso junto à Suprema Corte portuguesa, Rosenilda perdeu a ação na primeira e na segunda instâncias. Lídice lembrou que o tráfico internacional de pessoas movimenta cerca de US\$ 32 bilhões anuais.



Waldemir Borreth/Senado Federal



Waldemir Borreth/Senado Federal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cicero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • João Durval • José Sarney • Wilson Santiago • Paulo Paim

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Waldemir Borretti/Senado Federal

Plenário aprovou as indicações presidenciais à tarde, depois que os dois candidatos foram sabatinados na CCJ

Senado aprova dois novos ministros para o STJ

Os nomes dos desembargadores Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, do Rio de Janeiro, e Marco Aurélio Bellizze Oliveira, de Santa Catarina, foram aprovados ontem pelo Plenário para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A sabatina ocorreu no início da tarde, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando suas indicações foram aprovadas por unanimidade.

Bellizze, 47 anos, ocupará a vaga do atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, e, em sua apresentação aos senadores da CCJ, defendeu a harmonia entre os Poderes da República, numa menção indireta ao que se costuma chamar de judicialização da política. Também citou o pacto republicano e elogiou o

Parlamento por sua intenção de tornar mais ágil a prestação jurisdicional à população, com a atualização dos códigos de Processo Penal e de Processo Civil.

Já Gastaldi Buzzi, 53 anos, assumirá a vaga de Paulo Medina, aposentado, e mostrou-se ativista dos serviços de conciliação, até como forma de desafogar o Judiciário. Só o STJ analisou, em 2010, 330 mil processos, e no mesmo ano, 230 mil chegaram ao tribunal, observou Buzzi. Ele também foi defensor "radical e seco" de mais magistrados de carreira nos tribunais superiores.

Debates

Na sabatina, alguns senadores os questionaram sobre a necessidade de dobrar o número de ministros do STJ,

atualmente em 33, para suprir a demanda, conforme proposta aventada no próprio Judiciário. Para ambos os indicados, é necessário partir para alternativas de desburocratização menos onerosas, como a criação dos juizados especiais e do incidente de resolução das demandas repetitivas, previsto no novo Código de Processo Penal.

Bellizze concordou com a visão de que a Lei Maria da Penha deve ser aplicada nas relações em que se constata a vulnerabilidade de um sujeito, independentemente de a união ser ou não entre homem e mulher e elogiou a sua aplicação, ainda que com alguns problemas. Quanto à corrupção, afirmou que só diminuirá quando houver punição rápida e eficiente.

CAE busca acordo sobre participação nos lucros

Para buscar entendimento em torno do PLS 89/07, que torna obrigatória a reserva de 5% do lucro líquido das empresas no ano anterior para distribuição aos trabalhadores no ano seguinte, o relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), retirou a matéria da pauta da reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e deverá apresentar novo voto na próxima semana.

A proposta, de Paulo Paim (PT-RS), determina que sejam reservados 5% do lucro líquido das empresas, os quais serão distribuídos aos trabalhadores se, até o dia 30 de junho do ano seguinte, ainda não houver acordo entre empregador e empregados sobre critérios de participação.

O texto prevê que a distribuição dos 5% de lucro seja feita no mês de julho de cada ano. Para empresas que, por mais de dois anos, se negarem a fixar, em negociação coletiva, a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados, a proposta determina a suspensão de concessão de financiamentos públicos.

Aprovado uso de braille ou voz nos caixas eletrônicos

Os caixas eletrônicos de bancos deverão ser equipados com sistema braille ou de comunicação por voz, conforme projeto aprovado ontem pela CAE e enviado para decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com a PLS 129/07, os bancos, no prazo de um ano a partir da vigência da lei, serão obrigados a facilitar o acesso operacional dos clientes com deficiência visual a todos os serviços oferecidos aos demais clientes.

O autor, Alvaro Dias (PSDB-PR), fundamenta o projeto no direito das pessoas à informação, assegurado pela Constituição, bem como na necessidade de se adotarem medidas que possam concretizar o princípio da igualdade real e concreta entre as pessoas, para além da igualdade formal perante a lei.

Em relatório favorável ao PLS 129/07, Casildo Maldaner (PMDB-SC) observou que há hoje, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 16,6 milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil.

Bolsa Família deve voltar a se chamar Bolsa Escola

O programa Bolsa Família deverá voltar a ser denominado Bolsa Escola, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa. A matéria seguirá logo para exame da Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

O projeto (PLS 286/09) altera a Lei 10.836/04, que mudou o

nome do programa Bolsa Escola, instituído no governo de Fernando Henrique, para programa Bolsa Família, a partir de 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o autor da proposta, Cristovam Buarque (PDT-DF), ao substituir o nome "escola" por "família", o programa retira a ênfase educacional que vincu-

la a remuneração ao processo educacional de suas crianças.

Em seu relatório, Paulo Bauer (PSDB-SC) lembra que o Bolsa Escola inspirou-se em iniciativas pioneiras, entre as quais a executada pelo próprio Cristovam Buarque, quando governador do Distrito Federal.

A CE também aprovou ontem, em decisão terminativa, outras propostas. Entre elas, estão a que inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos heróis da pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves (PLC 195/09), e as que conferem aos municípios de Barretos (SP) o título de Capital Nacional do Rodeio (PLC 269/09) e de Sorriso (MT) o título de Capital Nacional do Agronegócio (PLS 128/10).



José Cruz/Senado Federal

Presidida por Requião, CE aprovou várias proposições em decisão terminativa

Relator de projeto acredita que a maioria dos erros na declaração ocorre por desatenção ou desconhecimento

Receita pode ter que avisar sobre malha fina do IR antes de multar

A RECEITA FEDERAL do Brasil (RFB) poderá ser obrigada a comunicar formalmente ao contribuinte pessoa física que cair na malha fina o motivo de retenção de sua declaração de Imposto de Renda (IR) e o prazo para esclarecer ou retificar dados.

O projeto (PLS 493/08), de autoria do então senador Raimundo Colombo, recebeu relatório pela aprovação de Benedito de Lira (PP-AL) e visa evitar que a Receita multe o contribuinte antes de informá-lo oficialmente da malha fina. Também determina que seja concedido prazo ao contribuinte para responder aos questionamentos relativos à sua declaração.

O relator explica que, nos casos em que "houver infração claramente demonstrada, com os elementos probatórios necessários ao lançamento",

a legislação em vigor permite à Receita lançar multas e só posteriormente comunicar ao contribuinte. Benedito de Lira considera esse um procedimento incorreto e defende a aprovação do PLS 493/08, para obrigar a RFB a comunicar o contribuinte e dar a ele o direito de explicação antes do lançamento de multas.

O relator lembra que a Receita Federal utiliza moderno sistema de informação, permitindo cruzamento de grande número de dados e detecção imediata de falhas nas declarações. No entanto, ele considera que "a maior parte dos erros detectados ocorre por desatenção ou desconhecimento", motivo pelo qual entende ser necessária a exigência de comunicação, para que o contribuinte possa prestar esclarecimentos ou fazer retificações antes de ser multado.



Gerardo Magel/Senado Federal

Luiz Henrique: "Cancelamento é situação recorrente, sem nenhuma sanção"

Projeto propõe reembolso em dobro por voo cancelado

Passageiro de voo cancelado poderá ter direito a receber valor correspondente ao da tarifa cheia do bilhete, além do reembolso da passagem já paga. A medida consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto ainda será votado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De autoria de Ângela Portela

(PT-RR), o projeto (PLS 278/11) altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para ampliar as normas de proteção dos direitos dos usuários do transporte aéreo no Brasil.

Luiz Henrique (PMDB-SC), que leu o voto favorável do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), lembrou serem recorrentes situações de cancelamento de voo "sem nenhuma sanção, sem nenhuma explicação". O presidente da comissão, Delcídio do Amaral (PT-MS), também ressaltou a importância da proposta.

Institutos federais terão cursos para profissionais de educação

Segue para a Câmara dos Deputados projeto que inclui a formação de profissionais de educação em nível médio e superior como um dos objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Projeto de Lei do Senado 235/10, de autoria da então senadora Fátima Cleide, foi

aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e prevê a oferta de cursos superiores de tecnologia em processos escolares para profissionais conhecidos como "funcionários de escolas", desde que portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.



Davim celebra os 510 anos da chegada dos portugueses ao RN

O senador Paulo Davim (PV-RN) saudou a passagem dos 510 anos da chegada dos primeiros navios portugueses ao Rio Grande do Norte, comemorada oficialmente em 7 de agosto. Davim citou potiguares ilus-

tres, como o índio Poty; a poetisa Auta de Souza; o mestre Câmara Cascudo; o ex-presidente da República Café Filho; Celina Guimarães, considerada a primeira mulher a alistar-se como eleitora no Brasil; Alzira

Soriano, a primeira mulher a ser eleita prefeita no Brasil; e Nísia Floresta, educadora e pioneira feminista.

O parlamentar afirmou que o estado tem vocação para o turismo, com atrativos naturais,

gastronômicos e religiosos.

– O meu Rio Grande do Norte desponta também como uma das grandes promessas na produção de energia limpa, eólica e solar, por termos sol o ano inteiro e ventos favoráveis – disse.

Jayne Campos pede fim da insegurança em MT

O assassinato de dois prefeitos e de um jornalista em Mato Grosso nos últimos 20 dias levou o senador Jayme Campos (DEM-MT) a fazer um apelo ontem para que o governo do estado e a polícia civil voltem a negociar o fim da greve da corporação. O senador informou que os prefeitos matogrossenses fizeram ontem uma manifestação em Cuiabá, pedindo mais segurança para concluírem seus mandatos, assustados com a morte dos dois colegas.

– Esses bandidos atingiram a soberania de nossa comunidade, ferindo nossa autodeterminação, nossa confiança e nossa imagem perante a nação. Lançaram nossa região a um estado profundo de tristeza e luto – lamentou o senador.



Jayne Campos: estado assustado

Ana Amélia quer novas categorias no Simples

Depois de a presidente Dilma Rousseff encaminhar ao Congresso Nacional, pela manhã, a proposta de ampliação do teto de faturamento anual para empresas participantes do Simples Nacional, a senadora Ana Amélia (PP-RS) cobrou do governo a aprovação de outro projeto, o PLS 467/08 – Complementar, da ex-senadora Ideli Salvatti, que inclui novas categorias profissionais entre as beneficiadas com a simplificação de tributos prevista no Simples. A proposta consta da ordem do dia do Senado, sem acordo para votação.

Segundo a senadora, um acerto político para aprovação da proposta havia sido feito pelas lideranças, mas não foi cumprido porque o Ministério da Fazenda considera que a inclusão de novas categorias no programa é um risco à arrecadação do governo.

Gasolina da região Norte poderá ter menos álcool

Mozarildo Cavalcanti, que apresentou projeto aprovado pela CDR, diz que álcool chega muito caro ao Norte. Percentual obrigatório é de 22%, mas governo pode fixar redução

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto de lei que permite a aplicação, na região Norte, de percentual de álcool à gasolina inferior ao aplicado no restante do país. O projeto seguirá para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para decisão terminativa.

Atualmente, por força da Medida Provisória 532/11, em análise na Câmara dos Deputados, o percentual obrigatório de 22% pode ser elevado ou reduzido pelo Poder Executivo nos limites entre 18% e 25%.

Segundo o PLS 51/11, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o álcool produzido no Nordeste e no Sudeste chega muito caro à região Norte em virtude das dificuldades de logística. Além disso, o senador



Benedito de Lira (E), ao lado do senador Vital do Rêgo, preside reunião da CDR

considera necessário adequar o percentual da região Norte ao da Venezuela, que aplica percentuais mínimos inferiores aos exigidos no Brasil, já que estados como Roraima podem importar o combustível do país vizinho.

Para a relatora, senadora

Ana Amélia (PP-RS), o teor de álcool adicionado à gasolina pode não constituir um fator de elevação de custo no Sudeste ou no Nordeste, regiões produtoras do combustível, mas leva a aumentos de custo no Norte, região não produtora, devido aos altos custos de transporte.

Proposta de criar ZPE em Corumbá é aprovada

A proposta de criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) em Corumbá (MS), apresentada pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS), foi aprovada pela CDR e enviada ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

As ZPEs são áreas de livre comércio nas quais as indústrias destinam a maior parte de sua produção para o mercado ex-

terno, tendo como benefícios, além de vantagens de caráter administrativo, a isenção de tributos. Além disso, há a liberdade cambial, o que significa que as empresas não têm de converter em reais o produto de suas exportações.

O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), assinala que votar sob o ponto de vista do turismo e do desenvolvimento regional “é fácil”. O verdadeiro desafio,

segundo ele, será na CAE.

– O governo não tem facilitado. Há fortes restrições por força da renúncia fiscal – advertiu.

A CDR também rejeitou o PLS 16/10, do ex-senador Marconi Perillo, que previa que a União assumisse resíduos de contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação sem a cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Ações ambientais imunes a bloqueio de recursos

Despesas orçamentárias destinadas a ações ambientais devem ser protegidas contra os bloqueios que o governo adota quando necessita reduzir gastos para cumprir as metas fiscais. Projeto com essa finalidade (PLS 21/11 – Complementar), de iniciativa da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– Não se podem fazer ou realizar investimentos de longo prazo quando, a cada trimestre, existe a ameaça de os recursos serem parcial ou totalmente congelados – afirmou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao defender a proposta.

Código Florestal pode ser votado dia 24 na CCJ

O relator do projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Luiz Henrique (PMDB-SC), acredita que em 15 dias poderá apresentar seu voto aos integrantes do colegiado. Ele vai pedir ao presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a inclusão do projeto na pauta do dia 24.

Luiz Henrique informou que está analisando as 25 emendas apresentadas ao texto, 17 das quais do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), três de Valdir Raupp (PMDB-RO), duas de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), duas de Francisco Dornelles (PP-RJ) e uma de Acir Gurgacz (PDT-RO).



Angela Portela: forte impulso regional

Ângela comemora leilão de linha de transmissão

O leilão para oferta da linha de transmissão de energia elétrica a ser construída entre Manaus e Boa Vista está previsto para setembro. A obra possibilitará a conexão desses estados ao sistema integrado nacional, reduzindo, assim, os custos de fornecimento de energia. O investimento é de R\$ 1 bilhão.

Ângela Portela (PT-RR) explicou que a linha entre Boa Vista e a subestação Vila Equador, no município de Rorainópolis (RR), será conectada a outra linha, em construção, entre a hidrelétrica de Tucuruí (PA) e as cidades de Macapá e Manaus.

– A linha Manaus-Boa Vista trará forte impulso para a economia do estado de Roraima – afirmou.

Rollemberg teme destruição de nascentes no DF

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) manifestou preocupação com a possibilidade de uma empresa construir um centro comercial em região de Brasília onde há nascentes de água. Segundo Rollemberg, a construtora comprou a área, na Asa Norte, na região do parque Olhos D'Água, a partir de licitação realizada pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Rodrigo Rollemberg elogiou a população da cidade, que se mobilizou para tentar impedir a construção. O parlamentar contou que foi criada uma página no Facebook para congregar aqueles que se opõem à construção. De acordo com o senador, a página SOS Olhos D'Água já conta com 5 mil membros.

– Tenho certeza de que o governador Agnelo Queiroz será sensível ao pleito – disse.

Senadores debatem alternativas econômicas para o Acre

Em debate na terceira edição do programa *Assunto de Estado*, transmitido pela TV e pela Rádio Senado na noite de segunda-feira, os três senadores do Acre discutiram o tema da integração da Amazônia. Entre as questões tratadas por Anibal Diniz

(PT), Jorge Viana (PT) e Sérgio Petecão (PMN), destacaram-se alternativas para o desenvolvimento, segurança das fronteiras, fuso horário e distribuição dos royalties do petróleo.

Os senadores destacaram o progresso verificado em seu estado em

anos recentes, o que levou a menor dependência de repasses federais, mas lembraram a necessidade de buscar alternativas ao extrativismo para a geração de empregos. Ressaltaram ainda a persistência de problemas de segurança pública.

Sérgio Petecão (E), Anibal Diniz e Jorge Viana durante programa na TV Senado

